



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



CAPACIDADE NORMAL E OCIOSA-Uma análise comparativa das publicações financeiras e exigências contábeis do CPC 16 de estoques

MATEUS DE OLIVEIRA TEIXEIRA
matolivi@gmail.com
Fumec

Carlos Alberto de Souza
carlosprofs@gmail.com
Fumec e Una

Vanda Aparecida Oliveira Dalfior
vdalfior@ig.com.br
Pitágoras

Resumo: É comum encontrar estatísticas sobre a produtividade em diversos setores da economia, sendo destacado também o percentual de capacidade ociosa da indústria e os principais fatores que levaram as empresas a passarem por este tipo de problema. Menos comum, ou quase imperceptível, é a apresentação nas demonstrações financeiras (DFs) do impacto desta capacidade ociosa e o registro com o devido tratamento contábil. O CPC 16 de estoques trouxe mudanças na contabilização e divulgação das práticas contábeis referentes aos custos para formação de estoques, e uma das principais mudanças foi a alocação do custo da capacidade ociosa diretamente ao resultado, apesar de não estar muito claro no pronunciamento em que linha deve haver esta alocação. Sendo assim, qual a melhor forma de contabilização dos custos da capacidade ociosa no resultado das empresas que enfrentam este problema? Com o objetivo de tornar mais claro este assunto e identificar exatamente qual deve ser a contabilização a ser realizada frente aos novos pronunciamentos contábeis, este trabalho, caracterizado como pesquisa bibliográfica e documental, faz uma revisão bibliográfica e um estudo de quinze demonstrações financeiras de empresas optantes do Novo Mercado da Bovespa analisando o registro destes custos. Este trabalho chegou a uma conclusão de que a maioria, 60% da amostra, apresenta em nota explicativa de práticas contábeis que os estoques são formados com base na capacidade operacional normal, mas não havia mais detalhes se estas empresas sofreram períodos de ociosidade ou não.

Palavras Chave: Gestão - Capacidade normal - Capacidade ociosa - Estoque - CPC 16



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
— 16ª 2015 —
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



1. Introdução

Não é difícil encontrar nos noticiários manchetes como: “Clima atrasa planos da Biosev para zerar capacidade ociosa” (G1, 2013), “Empresas de autopeças operam com capacidade ociosa de até 30%” (Brasil Econômico, 2012), “Cresce a capacidade ociosa da indústria de soja do Brasil” (Exame, 2012). As empresas enfrentam frequentemente problemas com sua produção que resultam em quedas bruscas e que afetam diretamente seu resultado.

Com a adoção, desde 2007, das Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade, ou IFRS (*International Financial Reporting Standards*), as empresas Brasileiras vem passando por modificações na contabilização dos seus ativos e passivos e na apresentação das demonstrações financeiras (DFs). Uma destas alterações é a alocação de custos fixos indiretos de fabricação às unidades produzidas que devem ser baseadas na capacidade normal de produção e os cálculos e motivos da capacidade ociosa devem ser apresentados em nota explicativa nos demonstrativos financeiros.

Conforme mencionado pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 16 – Estoques, a capacidade normal seria a capacidade total de produção menos a parcela não utilizada por causa de manutenção preventiva, férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade. Sendo assim, quando a produção real não acompanha a capacidade normal de produção, os custos fixos referentes à capacidade ociosa (capacidade normal menos produção real) devem ser segregados e lançados direto ao resultado do período. Este novo formato é uma maneira de não impactar o custo de produção normal de cada unidade produzida.

Neste contexto, visto que é comum que empresas tenham momentos de capacidade ociosa e que, de acordo com os novos padrões contábeis, deve-se mencionar esta anomalia nas DFs, surge então a questão principal deste trabalho, qual a melhor forma de contabilização dos custos de ociosidade diante do pronunciamento contábil 16 que trata dos estoques ?

Este trabalho se justifica pela importância de abordagem de temas relacionados aos novos padrões de contabilidade, ainda em processo de consolidação no Brasil, e pelo fato de instigar um maior estudo e melhorar as práticas de contabilização dos custos de produção.

O estudo se subdivide em seis partes ou capítulos, iniciando-se com a Introdução; posteriormente os objetivos; na terceira parte o referencial teórico; a metodologia da pesquisa é apresentada na quarta parte; a quinta parte refere-se a apresentação dos resultados e por fim as conclusões finais do estudo.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo verificar qual a melhor forma de contabilização dos custos de ociosidade diante do pronunciamento contábil 16 de estoques.

2.2. Objetivos específicos

- Fazer um histórico sobre a adoção dos padrões internacionais no Brasil;
- Buscar fontes de discussão sobre o CPC 16 de estoques que ajudam a elucidar as formas de contabilização dos custos de capacidade ociosa e confrontar com texto do pronunciamento;

- Fazer amostragem de empresas listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa);
- Verificar nas empresas selecionadas suas demonstrações financeiras identificando como são apresentados e se são apresentados dados sobre capacidade ociosa;
- Analisar os dados coletados e a revisão bibliográfica para identificar como devem ser contabilizados os custos de capacidade ociosa.

3. Referencial Teórico

Emitidas a partir de 1973 pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as chamadas IASs foram as primeiras normas internacionais de contabilidade. De acordo com a PWC (2010) estas normas tomaram força e tiveram uma maior aplicação com o escândalo da Enron e quando as empresas da União Europeia foram obrigadas a aplicar as normas e padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) em suas DFs.

Países como África do Sul, Austrália, entre outros também começaram a seguir o IFRS no mesmo momento que a União Europeia. Já o Brasil passou a adotá-lo com a Lei nº 11.638, sancionada no final de 2007. Esta nova lei, que em substituição da antiga lei das Sociedades por Ações, veio trazer às demonstrações das empresas brasileiras o processo de convergência para o padrão internacional de contabilidade.

Neste novo cenário da contabilidade no Brasil surge o CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis com o seguinte objetivo:

Estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. CPC (2013)

E é através dos CPCs, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que temos a apresentação das normas e padrões referente à avaliação dos estoques: o CPC 16 – *Estoques* ou, seu correspondente no IFRS, o IAS 2 - *Inventories*. Estes pronunciamentos estabelecem o tratamento contábil para os estoques, proporcionando orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Também proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques.

Conforme o item 5 das “Principais características do Pronunciamento” (CPC 16, 2013) a alocação de custos indiretos fixos às unidades produzidas deve ser baseada no volume normal de produção. Este pronunciamento ainda cita que o volume normal de produção é aquele que se espera atingir, em média, ao longo de vários períodos ou de períodos sazonais, em circunstâncias normais, levando-se em consideração a não-utilização da capacidade total, resultante da manutenção planejada, de férias coletivas planejadas, etc.

Atadaine Sobrinho (2010, p. 54) lembra que a capacidade normal é diferente da capacidade teórica. A capacidade teórica, ou capacidade total conforme outros autores, é o volume de produção máxima do equipamento ou processo atingido sem qualquer tipo de falhas ou intervenções. Geralmente é a definida pelo fabricante. Já a capacidade normal é o volume considerando todos os fatores limitantes de quem opera, dentro das condições normais de trabalho.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



Sendo assim, conforme já mencionado, para se chegar à capacidade normal devemos subtrair da capacidade total todas as interferências que ocorreram durante a produção, como por exemplo: períodos de manutenção preventiva, horas improdutivas como feriados, férias coletivas, horário de almoço, troca de turno, entre outros.

Da diferença da capacidade normal com a produção real, temos a chamada capacidade ociosa. De acordo com a PWC (2012) a capacidade ociosa é o potencial não utilizado, parcial ou integral, de produção. Os custos são geralmente de natureza fixa, uma vez que continuam a ser incorridos em caso de redução do nível de produção ou de parada total de produção. Iudícibus *et al.* (2010) menciona ainda que entende-se por ociosidade anormal aquela derivada de greve, recessão econômica setorial profunda ou outros fatores não rotineiros.

Dessa forma, para contabilizarmos os custos do período aos estoques, temos que observar se o volume real de produção se aproxima da capacidade normal. Conforme referido pela CVM no PO 24/92, o custo fixo deve ser transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais, e ainda completa:

A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso deve ser levado diretamente à despesa não operacional, a título de item extraordinário, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação. CVM (1992)

Percebe-se que a parcela do custo fixo referente à capacidade ociosa não deve integrar o custo de produção do período, e sim lançada a resultado. Mas neste caso a orientação é para que seja lançada em despesa não-operacional, classe que já não existe mais, sendo considerada “outros receitas e despesas” conforme OCPC 02 e Medida Provisória nº 449/2008.

Fica claro que a capacidade ociosa não deve integrar o custo de produção também pelo CPC 16, em que diz que os custos fixos relativos à capacidade não utilizada em função de volume de produção inferior ao normal devem ser registrados como despesas no período em que são incorridos, não podendo ser alocados aos estoques.

Para evidenciar a segregação destes custos podemos voltar ao CPC 16 e verificar o conceito de estoque: o valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Sendo assim, todos os custos com a ociosidade devem ser alocados diretamente ao resultado do período, uma vez que não fazem parte do custo de aquisição e transformação e nem o trazem à condição e localização atuais. Este custo de ociosidade não é necessário e não faz parte da produção normal.

Outra exigência feita pelo CPC de Estoques é que sejam apresentados os detalhes da conta de estoques, e fica claro na linha D do item 36 que também devem ser divulgados os valores de estoques reconhecidos como despesa do período. De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários, em seu Parecer de Orientação nº 24/92, na existência de capacidade ociosa, a companhia aberta deverá elaborar nota explicativa para dar ciência da dimensão do fato aos usuários de suas demonstrações contábeis.

4. Metodologia

Este trabalho, quanto aos procedimentos, se caracteriza por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se da literatura existente e devido à utilização de dados secundários extraídos das DFs divulgadas pelas empresas. Foi analisado em sua totalidade o



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



CPC 16 de estoques e ainda artigos e livros que tratavam sobre capacidade ociosa para se chegar à forma de contabilização dos custos.

A amostra para a análise dos demonstrativos financeiros foi definida através das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), do segmento “Novo Mercado”, que apresenta as melhores práticas de governança, perfazendo um total de 15 demonstrações estudadas escolhidas aleatoriamente através da fórmula =ALEATÓRIOENTRE do *Excel*. Os relatórios utilizados foram os anuais e padronizados de 2012, período mais recente até o momento do estudo.

As 15 empresas analisadas estão representadas no Quadro 1 abaixo. Esta amostra permitiu que empresas de setores diversos pudessem ser analisadas.

COMPANHIA	SETOR	SUBSETOR	SEGMENTO
AREZZO INDÚSTRIA E COM. S.A.	Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos. Vestuário e Calçados
ARTERIS S.A.	Construção e Transporte	Transporte	Exploração de Rodovias
AUTOMETAL S.A.	Bens Industriais	Material de Transporte	Material Rodoviário
BRASIL PHARMA S.A.	Consumo não Cíclico	Comércio e Distribuição	Medicamentos
CCX CARVÃO DA COLÔMBIA S.A.	Materiais Básicos	Mineração	Minerais Não Metálicos
CIA HERING	Consumo Cíclico	Tecidos. Vestuário e Calçados	Vestuário
DURATEX S.A.	Materiais Básicos	Madeira e Papel	Madeira
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	Materiais Básicos	Químicos	Fertilizantes e Defensivos
INDUSTRIAS ROMI S.A.	Bens Industriais	Máquinas e Equipamentos	Máq. e Equip. Industriais
IOCHPE MAXION S.A.	Bens Industriais	Material de Transporte	Material Rodoviário
LIGHT S.A.	Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica
MAGNESITA REFRACTORIOS S.A.	Materiais Básicos	Materiais Diversos	Materiais Diversos
OSX BRASIL S.A.	Petróleo. Gás e Biocomb.	Petróleo. Gás e Biocomb.	Equipamentos e Serviços
POSITIVO INFORMATICA S.A.	Tecnologia da Informação	Computadores e Equip.	Computadores e Equipamentos
WEG S.A.	Bens Industriais	Máquinas e Equipamentos	Motores . Compressores Outros

Quadro 1: Empresas por setor

Fonte: Bovespa (2014)

5. Apresentação dos resultados

Através da revisão de literatura verificou-se que pelo CPC 16 é indicado lançar os custos com capacidade ociosa diretamente ao resultado, pelo parecer da CVM deve-se lançar em resultados não operacionais, hoje o que seriam outros resultados operacionais, e pelo Manual de Contabilidade Societária também lançado ao resultado. Mas em que linha do resultado ou qual grupo de contas, isto não fica tão claro.

No estudo da PWC (2012) observa-se uma outra abordagem para alocação destes custos. Nesta apresentação é indicado o grupo do CPV (Custo dos Produtos Vendidos), em linha separada antes do lucro bruto. A defesa para esta mensuração é que a intenção do lançamento ao resultado é apenas de acelerar o reconhecimento sem, no entanto, alterar sua função, já que estes custos seriam todos para a produção normal, mas por algum motivo não puderam exercer este fim. Neste caso o custo com a ociosidade iria direto ao resultado, sem impactar o custo de produção, mas sem deixar sua característica de atender à atividade produtiva.

Uma passagem do CPC 16 que pode confirmar o que foi citado acima seria o trecho do item 38 sobre Divulgação:



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGeT
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



O valor do estoque baixado, reconhecido como despesa durante o período, o qual é denominado frequentemente como custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos, consiste nos custos que estavam incluídos na mensuração do estoque que agora é vendido. Os custos indiretos de produção eventualmente não-allocados aos produtos e os valores anormais de custos de produção devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrem, sem transitar pelos estoques, dentro desse mesmo grupo, mas de forma identificada. CPC (2013)

Ou seja, o custo fixo referente à parcela da capacidade ociosa poderia ser alocado no mesmo grupo de CPV (CSV ou CMV) conforme o seguimento da empresa, em linha separada e identificada. Chega-se assim à contabilização a ser realizada no caso de uma empresa enfrentar este tipo de problema: ela deverá reduzir seu custo de produção referente à capacidade ociosa e lançar a contrapartida no grupo de CPV em linha separada do CPV normal do período com o indicativo de capacidade ociosa.

Quando há a ocorrência da contabilização acima citada, fica claro pelo referencial teórico, que a companhia que deve divulgar separadamente os valores referentes à estes custos e informar em nota explicativa seus impactos no período. Através da apresentação que segue dos resultados da análise das DFs da companhias da amostra pode-se notar como as empresas selecionadas divulgam estes dados.

A análise foi realizada verificando nas demonstrações financeiras das companhias listadas na amostra todas as menções sobre estoques, capacidade normal, produção real, capacidade ociosa, nota explicativa de estoques, além de uma análise geral. No próximo quadro (2) foram identificados de que forma foi citado a capacidade ociosa nas demonstrações.

As três categorias apresentadas foram: “Práticas Contábeis” para o caso de apresentação de algum indicador a respeito da capacidade normal ou ociosa nesta nota explicativa; “NE Estoques” para o caso de apresentação destes itens em nota explicativa de estoque e; “Sem menção” para o caso de não haver nenhuma menção sobre como foi calculado os estoques, levando em consideração a capacidade real e normal de produção.

COMPANHIA	PRÁTICAS CONTÁBEIS	NE ESTOQUES	SEM MENÇÃO
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	X		
ARTERIS S.A.			X
AUTOMETAL S.A.	X		
BRASIL PHARMA S.A.			X
CCX CARVÃO DA COLÔMBIA S.A.			X
CIA HERING	X		
DURATEX S.A.	X		
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	X		
INDUSTRIAS ROMI S.A.	X		
IOCHPE MAXION S.A.	X		
LIGHT S.A.			X
MAGNESITA REFRATARIOS S.A.	X		
OSX BRASIL S.A.			X
POSITIVO INFORMATICA S.A.	X		
WEG S.A.			X

Quadro 2: Menção à alocação de custos por Capacidade Normal

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A maioria das empresas da amostra (60%) divulga em suas notas explicativas de Práticas Contábeis ou Principais Políticas algum comentário sobre a alocação de custos aos estoques. O texto mais comum é o que segue: “No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal”. Texto muito próximo do que diz o CPC 16 de Estoques.

As Notas Explicativas de Estoques eram bem sucintas e não apresentavam qualquer menção ou indicativo de que parte dos custos fixos teriam sido alocados como despesas do período decorrente de capacidade ociosa. Em alguns casos, durante a apresentação dos resultados nas DFs, há vários indicativos de que a empresa passou por problemas que interferiram na produção e que acabaram registrando períodos de capacidade ociosa, mas isto não era percebido na nota explicativa de estoques.

Um exemplo claro é da DFP (Demonstração Financeira Padronizada) de 2012 da IOCHPE MAXION S.A. Conforme a DFP quando apresenta os motivos que levaram ao aumento do percentual do CPV em relação à receita:

4.2) Custo dos Produtos Vendidos

(...) O custo dos produtos vendidos no 4T12 foi afetado (i) pelo valor adicional de R\$ 11,5 milhões na despesa de depreciação, decorrente de ajuste positivo de US\$ 352,9 milhões no ativo imobilizado (Purchase Price Allocation – PPA), (ii) pela redução expressiva nos volumes de produção em determinadas localidades, gerando ociosidade elevada e gastos de ajuste de estrutura e (iii) pela aplicação da MP 563 (desoneração da folha de pagamentos – INSS) nas unidades brasileiras do Segmento.

Fica explícito que houve capacidade ociosa, e que isso afetou o grupo do CPC. Mas não foi indicado o valor específico desse efeito e nem foi citado em nota explicativa mais detalhes das considerações e cálculos desse impacto. Pelo demonstrativo fica difícil julgar se essa perda de produção poderia realmente ser considerada como capacidade ociosa e se os valores seriam expressivos e com necessidade de divulgação. Mas pelos dizeres no item acima, houve uma capacidade ociosa elevada.

Através dessas análises percebemos que é raro encontrar empresas que divulgam o impacto da capacidade ociosa na sua nota de estoques (Gráfico 1). Os motivos poderiam ser desde a relevância inferior à requerida para divulgação em DFs, ou por se tratar de um item recente ainda nos padrões contábeis brasileiros ou, receio em mostrar ao mercado os motivos e problemas internos e externos referentes à sua produção.

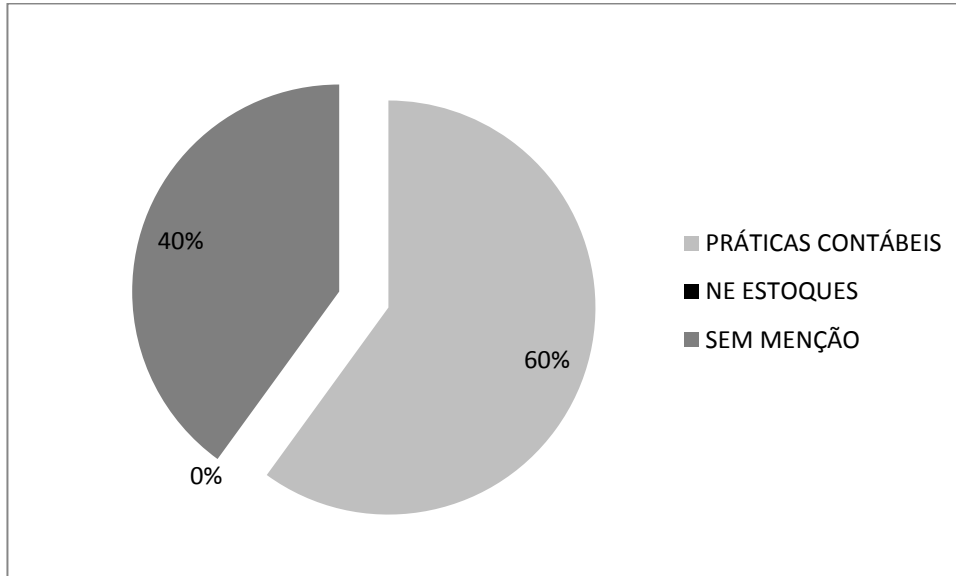


28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



Gráfico 1: Distribuição das indicações de capacidade ociosa entre as empresas da amostra



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Divulgado periodicamente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Nível de Utilização da capacidade Instalada (NUCI) representa o nível de atividade da indústria brasileira (Quadro 3). Este é outro indicador em que podemos perceber que a atividade industrial não trabalha em sua plena capacidade de produção. Em dados do mesmo indicador NUCI de 2002 o percentual chegou a 79,6% e em 1993 a 77,2%. Fica claro que é comum entre as empresas brasileiras que as plantas de produção não operam em plena capacidade, e mesmo assim temos dificuldade de encontrar menções sobre este aspecto nas demonstrações financeiras.

PERÍODO	NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA (%) SEM AJUSTE SAZONAL
jan/12	82,10%
fev/12	82,90%
mar/12	83,00%
abr/12	83,50%
mai/12	83,70%
jun/12	83,60%
jul/12	83,60%
ago/12	84,40%
set/12	84,90%
out/12	85,40%
nov/12	85,20%
dez/12	84,70%

Quadro 3: NUCI – FGV

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Os custos de produção de uma empresa, dos quais estão incluídos os custos de capacidade ociosa, talvez sejam um dos pontos que mais dizem sobre a saúde operacional e financeira da empresa e geralmente tem menos atenção que a necessária por parte dos gestores. Iudícibus *et al.* (2010) comenta que os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação das companhias e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e, principalmente, avaliação. Nesse sentido uma atenção maior na formação dos custos de estoque, um melhor controle e maior transparência com nas demonstrações, trazem maiores informações para tomada de decisão e um conhecimento maior por parte dos acionistas do que acontece com a companhia.

6. Conclusão

Conclui-se com este trabalho que a melhor forma para contabilização dos custos referentes à capacidade ociosa seria fazendo a redução nos custos de produção referente à capacidade ociosa e alocando em contrapartida no grupo do CPV em linha separada e identificada como “capacidade ociosa”. Para as empresas que tem esse procedimento seria necessário a apresentação destes dados nas DFs, mas esta identificação não foi verificada em nenhuma demonstração estudada. A maioria, 60% da amostra, apresenta em nota explicativa de práticas contábeis que os estoques são formados com base na capacidade operacional normal, mas não havia mais detalhes se estas empresas sofreram períodos de ociosidade ou não. Em alguns casos ficava claro que havia capacidade ociosa, mas não era apresentado nada sobre a contabilização dos custos referentes a esta perda de produção.

Verifica-se que apesar de ser comum a presença de capacidade ociosa entre as empresas, a divulgação e apresentação de forma clara não acontece conforme é exigido pelos padrões contábeis internacionais e pelas próprias normas brasileiras. A capacidade ociosa pode estar presente durante a produção, mas identificar este detalhe através apenas das DFs não é muito fácil. Para a identificação da capacidade ociosa é necessário antes identificar qual a capacidade normal de produção, esta calculada pela capacidade total subtraída de todas as interferências conhecidas pela empresa e que fazem parte do curso normal da produção.

7. Referências

ADMINISTRADORES – *O portal da administração*. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/noticias/administracao-e-negocios/nova-pesquisa-da-fiesp-revela-que-industria-esta-com-30-de-capacidade-ociosa/32688/>>. Acesso em 21 out. 2013.

ATANAIDE SOBRINHO, Paulo. *Estoques: Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 2 CPC 16*. São Paulo: IOB, v. 792, p. 55, 2010.

BMFBOVESPA. *Empresas Listadas*. Disponível em <[http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresa Listada.aspx?Letra=B&idioma=pt-br](http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresa%20Listada.aspx?Letra=B&idioma=pt-br)> Acesso em: 21 nov. 2013.

BRASIL. Receita Federal - Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. *Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências*. Retificado no DOU Seção I, pag. 02. de 12 de dezembro de 2008.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007. *Assunto: Orientação sobre Normas Contábeis pelas Companhias Abertas Procura incentivar a adoção de novos procedimentos e divulgações, bem como antecipar futura regulamentação por parte da CVM e, em alguns casos, esclarecer questões relacionadas às normas internacionais emitidas pelo IASB.* Rio de Janeiro, fevereiro de 2007.

_____. Deliberações 580/09, 581/09, 582/09, 583/09 e 584/09 – *Dispõem sobre "Combinação de Negócios", "Demonstração Intermediária, Informação por Segmento, Imobilizado, "Propriedade para Investimento".* Rio de Janeiro, julho, 2009.

_____. Pareceres de Orientação – Consolidação. PO Nº 24/92. *Avanços na Qualidade da Informação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.* Rio de Janeiro, 1992.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 16: *Estoques.* Brasília, 08 maio 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_26.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

ECONÔMICO, BRASIL. *Empresas de autopeças operam com capacidade ociosa de até 30%.* Disponível em <<http://www.brasileconomico.ig.com.br/epaper/contents/paper134481638993.pdf>> Acesso em: 23 out. 2013.

ECONÔMICO, VALOR. *Capacidade ociosa cresce e inibe investimentos na indústria.* Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/2667392/capacidade-ociosa-cresce-e-inibe-investimento-na-industria>> Acesso em: 25 nov. 2013.

ERNEST YOUNG. *Demonstrações financeiras consolidadas ilustrativas em IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, baseadas nos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – Grupo Modelo S.A.* Disponível em <[http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/Grupo_Modelo_SA_-_2012/\\$FILE/Relatorio_Grupo_Modelo_2012.pdf](http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/Grupo_Modelo_SA_-_2012/$FILE/Relatorio_Grupo_Modelo_2012.pdf)> Acesso em: 25 out. 2013.

EXAME. *Cresce a capacidade ociosa da indústria de soja do Brasil.* Disponível em <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/cresce-a-capacidade-ociosa-da-industria-de-soja-do-brasil>> Acesso em: 17 nov. 2013.

G1. *Clima atrasa planos da Biosev para zerar capacidade ociosa.* Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/08/clima-atrasa-planos-da-biosev-para-zerar-capacidade-ociosa.html>> Acesso em: 24 out. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. *Manual de contabilidade societária.* São Paulo: Atlas, v. 792, p. 85, 2010.

PWC – *Navegador Contábil: Contabilização dos custos incorridos em períodos de ociosidade.* Disponível em <http://www.pwc.com.br/pt_BR/br/ifrs-brasil/navegador-contabil/assets/navegador-contabil-41.pdf> Acesso em: 27 out. 2013.

_____. *IFRS e CPCs - A nova contabilidade brasileira.* Disponível em <http://www.ibri.org.br/download/publicacoes/PwC_IBRI_IFRS_CPCs.pdf> Acesso em: 28 out. 2013.